

Estado Democrático de Direito Brasileiro e a Criminalização dos Movimentos Sociais: os Ciclos de Protestos e a Força de Segurança Pública

Cleide Magáli Santos¹

Resumo

Este artigo versa sobre o posicionamento do Estado no que se refere à atuação dos movimentos sociais e ações coletivas em momentos de contestação/protestos em espaços públicos das principais cidades brasileiras. Para tanto, apresenta uma retrospectiva histórica, desenvolvida em um recente trabalho de investigação no curso de doutoramento em ciências sociais. Tal retrospectiva mostra como se construiu um contexto paradoxal de um estado de direito que prevê a garantia da livre manifestação mesmo que em contraposição às instituições que o compõem.

Palavras-Chave: Ciclos de protestos e Estado Democrático de Direito. Estado Democrático de Direito, manifestações e força de segurança pública. Democracia e contestações.

Democratic State in Brazil and Criminalization of Social Movements: the Cycles of Protests and the Public Security Force

Abstract

This paper discusses the position of the State regarding the activity of the social movements and the collective actions during protests in public in the main cities of Brazil. For that, it brings a historic retrospective, developed in a recent doctoral research in Social Science. This retrospective shows how a paradoxical context of a democratic state has been built providing guarantee for free expression even though it is in opposition to the institutions of which it is composed.

Keywords: Cycles of Protests and Democratic State; Democratic State, protests and public security force. Democracy and protests.

Palavras Iniciais...

Nos últimos trinta anos, a América Latina viveu um intenso processo de democratização. Entretanto, a instalação de Estados democráticos de direito trouxe consigo inúmeros paradoxos e desafios para as sociedades dessa região.

¹ Doutora em Ciências Sociais (PPGCS/UFBA). Mestra em Sociologia (UFBA). Especialista em Direitos Humanos e Cidadania, com ênfase em Segurança Pública (Universidade CARLOS III-MADRI/ES/ MP-BA/UNEB) Especialista em Desenvolvimento de Recursos Humanos (FEBA). Bacharela em Ciências Sociais (UFBA). Licenciada em Ciências Sociais (UFBA). Docente e Pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

No Brasil, esse quadro não difere da América Latina. Ao mesmo tempo em que se instituía uma sociedade democrática, a desigualdade não deixava de se agravar; a institucionalização da participação não se deu como esperada pela sociedade civil organizada; as instituições democratizaram-se de forma lenta e desigual, tal como os sistemas de segurança pública.

Assim, dos movimentos sociais tradicionais até os denominados novos movimentos sociais (concebidos no campo teórico a partir de uma conjuntura histórica específica, principalmente a partir do pós-68 quando ascenderam novas formas de ações coletivas, que criticaram os modelos de reivindicação classistas, programas dos partidos políticos e projetos globais de sociedade, em um contexto, no qual entraram em cena, práticas políticas de movimentos sociais como o feminista, negro, ecológico, novo sindicalismo, dentre outros, que ampliaram a forma de se fazer e se compreender a política, criticando os projetos homogenizadores de sociedade e reivindicando uma perspectiva de sociedade que vive a diversidade) a contestação esteve presente.

De tal modo, a contestação inteirou ao longo desses anos, a história da (re)democratização. Inúmeras vezes, o próprio Estado democrático interviu de modo repressor. Mais recentemente e de forma mais contundente, a sociedade civil brasileira, após esses trinta anos, parece estar disposta a cobrar os ajustes necessários para a efetivação e a garantia dos direitos instituídos. Tais ações vão desde a atuação de organizações tradicionais, tais como sindicatos, até grupos menos organizados, mobilizados por ações pontuais tais como os protestos em praças públicas.

Essa tendência de cobrança parece geral, contudo guarda para cada país suas especificidades.

Neste artigo aborda-se o contexto específico brasileiro, no que se refere à relação entre Estado e sociedade civil, tomando-se como recorte o processo de criminalização das ações de protestos em espaços públicos. Notadamente, um paradoxo do nosso estado de direito e um desafio à democracia local.

1 As ações de protestos em espaços públicos: da transição controlada aos nossos dias

Percorrendo a história dos ciclos de protestos (TARROW, 2009) no contexto brasileiro, Rodrigues (2001) identificou dois grandes ciclos de mobilização e mudança institucional em nossa história republicana: *(i)* o ciclo de entrada no regime autoritário, que abrange o processo de inclusão das massas urbanas à participação política, passando pela ativação populista, até o golpe militar de 1964; e *(ii)* o ciclo de saída do referido regime, quando ressurgiu a sociedade civil, com os tradicionais

atores e os “novos movimentos sociais”, caracterizando uma transição de regime desde a década de 1970, que chega até a conjuntura da década de 1990 e que, para o autor, ainda não pode declarar seu término.

Igualmente, vale acrescentar uma variável significativa para se percorrer a história dos ciclos de protestos no país: o fato de que a repressão policial deve ser vista como a repressão do regime político, ou seja, a polícia afeta o tipo de governo que a comunidade possui. (BAYLEY, 2006).

De tal modo, na nossa história temos inúmeros exemplos de relação entre repressão policial e regime político, mas, claramente, a memória nacional tem como maior referência o período compreendido entre a década de 1960 até meados dos anos 1970.

Os anos 1960 marcaram o mundo com uma enorme efervescência política, social, cultural e ideológica. Tragicamente, no Brasil, as grandes marcas dessa década foram deixadas pelo fechamento político do regime militar com o golpe de 1964, que chegaria a seu ápice em dezembro de 1968, com a instauração do AI-5, que possibilitou ao Executivo, dentre outras coisas: a intervenção no Superior Tribunal Federal (STF); a intervenção no Superior Tribunal Militar (STM); e a intensificação da já existente censura à imprensa (que ficou submetida a tribunais militares). Assim, o que parecia ser uma breve intervenção militar na política acabou transformando-se numa ditadura que reprimiu violentamente grupos e movimentos de oposição. O golpe militar reprimiu os direitos políticos e, ao mesmo tempo, expropriou direitos econômicos e sociais. De 1969 a 1973, a coerção política atingiu o seu ápice.

Figura 1 – Estudantes enfrentam a polícia no Rio de Janeiro, 1968.



Fonte: <oglobo.globo.com>.

Figura 2 – Cavalaria da Polícia Militar acaba com a missa em homenagem ao estudante, no Rio de Janeiro, 1968. Edson Luís na Igreja da Candelária: o rapaz tinha sido assassinado naquele ano



Fonte: <oglobo.globo.com>.

Conforme Almeida (2010), a ação repressora das policiais militares atingia grau máximo, ao tempo em que desencadeava a guerrilha, pautando-se nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional² por iniciativa da Escola Superior de Guerra. A sofisticada militarização subordinou as Polícias Militares (PMs), pelo Decreto-lei n. 667, de 1969, à Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado Maior do Exército. Antes, contudo, pelo Decreto-lei n. 317, de 1967, as PMs subordinavam-se ao comando das respectivas Regiões Militares. A IGPM, com o controle e a coordenação das Polícias Militares, instituiu uma doutrina extremamente estruturada de organização e emprego dessas polícias em todo o território nacional, padronizando legislação básica, regulamentos, manuais técnicos, condutas, equipamentos e armamentos.

Em virtude dessa aproximação com as Forças Armadas, através do IGPM, as PMs podiam ser mobilizadas operacionalmente pelo Exército, independentemente da autorização dos governos estaduais aos quais estavam subordinadas. A militarização das PMs serviu ao governo, pois além de

² Os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, elaborados pela Escola Superior de Guerra, transformaram-se em lei em 1968, com a publicação do Decreto-lei n. 314/68, que tinha como objetivo principal identificar e eliminar aqueles que questionavam e criticavam o regime. O “inimigo interno” era, antes de tudo, comunista (ALVES, 2005).

intervirem na luta armada dos anos 1960 e 1970, exerceram o papel de contenção das manifestações sociais, por meio das Tropas de Choque, em ações como comícios, passeatas, protestos, greves e ocupações.

Assim, quando a década de 1970 chegou, a sociedade brasileira vivia o período mais duro da ditadura militar – a censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos era empregada pelo Estado, existia uma desagregação dos movimentos sociais e vivia-se o arrocho salarial. Completando o quadro, acenava uma profunda crise econômica, afinal o Brasil havia se integrado ao sistema capitalista monopolista internacional como país periférico e pagaria caro por sua corrida pelo Milagre Econômico – seu acelerado crescimento econômico.

Como alternativas à repressão, surgiram ações agregadoras que desencadearam importante mobilização social. Portanto, foi ainda no contexto dos governos militares (1964-1985) que ocorreram manifestações em espaços públicos urbanos marcantes na história brasileira. Os movimentos sociais buscaram se expressar representados por outros sujeitos políticos coletivos, entre eles a Igreja Católica, especialmente por meio de seus grupos progressistas. Um exemplo foram as Comunidades Eclesiais de Base, que, originárias das camadas mais pobres e apoiadas pelos setores mais progressistas da Igreja, estimularam a formação de associações em defesa de direitos, a adoção de providências junto a autoridades, a divulgação de situações de marginalidade e de denúncias de abusos contra os direitos.

Ainda na década de 1970, esse movimento associativo chegou à classe média, intensificando a formação de entidades representativas de profissionais como, por exemplo, dos magistrados.

Enfim, no final dessa década, o movimento operário reapareceu, através da reorganização das centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da articulação com partidos políticos, dando-se o desencadeamento das greves no eixo do ABCD paulista, em 1978.

Em meio a todos os clamores dessa participação popular, procurando de alguma forma restaurar o tempo perdido em meio ao marasmo dos anos de repressão, a mídia e a opinião pública reviviam veementemente os momentos em que de alguma forma a população revoltou-se ante as arbitrariedades do regime de exceção. E entre os grandes momentos de luta pela democracia no país estavam os protestos.

Em resumo, foi no decorrer dos anos 1960 e 1970 que se verificou na sociedade brasileira um fenômeno associativo, no qual inúmeros grupos organizados trabalharam sistematicamente para a eliminação das situações de injustiças e violências que envolviam milhões de brasileiros:

Com efeito, o que se observa desde os anos de 1970 é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil, que, afastada do espaço da 'grande política', procurava agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares, escolas, e transformando-os em espaços públicos de reorganização política e de oposição ao regime. (REIS, 2010, p. 222).

De tal modo, a partir dos anos 1970, além dos movimentos sindicais-operários, os movimentos de mulheres, de homossexuais, de negros, de ecologistas, de deficientes físicos, pacifistas, dentre outros, começaram a se organizar e passaram a lutar não só por pautas materiais, mas também por reivindicações não materiais, por valores, direitos e cidadania (SANTOS, 2007). Portanto, as novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade (o trabalho), todavia por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas e teriam em comum uma atitude de oposição.

Na década de 1970, um dos mais importantes movimentos a promover ações nos espaços públicos organizou-se em torno da questão do custo de vida – Movimento do Custo de Vida (MCV). Em 1972, no seu primeiro encontro, o MCV reuniu quarenta e seis donas de casa, e em 1976, promoveu uma manifestação com mais de vinte mil pessoas na Praça da Sé (São Paulo), entregando simbolicamente às autoridades um abaixo-assinado contra a carestia com mais de um milhão de assinaturas, o que sinalizava um processo crescente de politização e estruturação do movimento.

Em 1977 foi a vez dos estudantes retornarem às praças públicas, com a realização de manifestações e encontros em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, quando se combinavam reivindicações específicas da categoria com reivindicações democráticas. A mobilização culminou com a invasão, em agosto daquele mesmo ano, do campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, comandada pelo próprio secretário de Segurança Pública do Estado, o coronel Erasmo Dias. Aplicando grande violência, as forças policiais depredaram as instalações físicas da universidade e feriram estudantes, professores e funcionários, acendendo a solidariedade e simpatia de vários setores da sociedade civil para com as lutas estudantis específicas e as causas democráticas em geral.

No plano mais geral, o fim dos anos 1970 já se caracterizava como um período de abertura lenta e gradativa do regime na política brasileira.

Segundo Scherer-Warren (1993), até os anos 1980 as principais formulações sobre movimentos sociais na América Latina baseavam-se na teoria de classes marxista, enfatizando as tendências universalizantes para os comportamentos coletivos. Ao identificar apenas uma

possibilidade de sujeito da transformação social, tais teorias teriam se absterido de considerar a complexidade das situações e agentes concretos de cada luta social.

No início da década de 1980, segue a ampliação das ações do final da década anterior no que se refere à inauguração de manifestações dos denominados “atores sociais”, como negros³ e mulheres.

Espiñeira e Teixeira (2008), ao tratarem os movimentos sociais no Brasil da década de 1980, nos lembram da ocorrência de aspectos interessantes a ser considerados, como os provocados pelos movimentos sociais nacionais, como mudanças nas práticas jurídicas e a forma como foram implantadas algumas políticas sociais, colocando no plano real o que estava na Lei, através da ação direta, auxiliando na formação da opinião pública.

Assim, a década de 1980 caracterizou-se pela continuidade do processo de abertura política no país, com o empenho para a renovação das instituições e a implantação de um regime mais participativo. Os rumos adotados para a abertura implicavam no restabelecimento de alguns aspectos institucionais básicos, tais como a reforma partidária (iniciada no final de 1979) e o retorno das eleições diretas para governadores (aprovada em 1980).

No entanto, vale ressaltar que mesmo com a pressão dos movimentos sociais, ainda prevaleceram os rumos motivados pela conciliação entre interesses de segmentos burgueses. As PMs, mesmo passando ao enfrentamento do crime convencional, ainda utilizavam as mesmas práticas e os mesmos equipamentos, e a “função militar” das polícias se aplicou à manutenção da ordem social, enquanto sua “função policial” visava a manutenção da ordem pública, instalando-se aí novo paradoxo: uma ação policial pautada numa *cultural militar* potencialmente diversa de uma *cultura civil* (CASTRO, 1990). Ou seja, o contexto de redemocratização provocou nas corporações policiais militares transformações decorrentes do aumento das práticas democráticas.

Completavam-se trinta anos que o país vivera sob o regime militar, quando dezenas de protestos aconteceram com a bandeira das Diretas Já. A mobilização popular pró-diretas, que começou a tomar corpo em 1983. Destacava-se a magnitude dessa ação coletiva nas matérias jornalísticas, como a edição do jornal Folha de São de Paulo, do dia 17 de abril de 1984, segundo a qual nessa manifestação pelas Diretas Já compareceram:

Mais de um milhão de pessoas em silêncio, mãos entrelaçadas, braços para cima. Ao sinal do maestro Benito Juarez, da Orquestra Sinfônica de Campinas, a multidão cantou o Hino Nacional. Do céu caía papel picado, papel amarelo, a cor

³ Vale ressaltar que a primeira fase do Movimento Negro organizado vigorou entre 1889-1937, da Primeira República ao Estado Novo; uma segunda fase do Movimento Negro organizado na República foi de 1945-1964 (da Segunda República à ditadura militar) e, finalmente, a terceira fase seria de 1978-2000 (do início do processo de redemocratização à República Nova). (DOMINGUES, 2007).

das diretas, brilhando a luz dos holofotes. No Vale do Anhangabaú, muita gente chorou. Houve outros momentos de emoções na maior manifestação popular já ocorrida no Brasil [...] A polícia Militar calculou 1 milhão e meio de pessoas. (SÃO PAULO..., 1984).

Nos dias 12 e 13 de abril de 1984, as manifestações pelas Diretas Já reuniram cerca de 300 mil pessoas em Goiânia (GO), 50 mil em Ipatinga (MG) e 200 mil na cidade de Porto Alegre (RS). Dentre todas elas, a maior manifestação popular da história do Brasil foi realizada em 16 de abril de 1984, no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo. Nela, cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas participaram do comício-protesto, pedindo a volta do regime democrático ao país.

Entretanto, o resultado das mobilizações, naquele momento, foi negativo e levou um duro golpe quando a Emenda Constitucional Dante de Oliveira (PEC n. 5/1983), que visava reinstaurar as eleições diretas para presidente da República, votada no dia 25 de abril de 1984, não conseguiu 2/3 dos votos para sua aprovação. O resultado da votação foi: 298 deputados a favor; 65 contra; 03 abstenções e 113 ausências ao plenário, o que fez adiar um pouco mais a eleição direta de um presidente. Em 1985, um colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves, um presidente civil depois de vinte e um anos, mas que em virtude de seu falecimento levou o Colégio a empossar José Sarney, em junho do mesmo ano.

As mobilizações da sociedade em torno de diversas questões continuaram. Em 1985, nesse clima de mobilização popular em torno de diversas questões, foi instalada a Comissão de Estudos Constitucionais, que produziria o texto da Constituição de 1988, denominada de Constituição Cidadã.

A aprovação de uma nova Constituição, em 1988, e as eleições diretas para presidente em 1989 garantiram o que havia sido sonhado do cidadão brasileiro pelo regime militar, sendo que o último pleito direto, isto é, com a participação do povo, havia ocorrido em 1960: “Este episódio de ampla mobilização de massa tem um perfil que poderia a primeira vista, ser interpretado como o clímax do ciclo de saída do regime autoritário, ao qual se seguiria uma desmobilização que encerraria o ciclo”. (RODRIGUES, 2001, p. 38).

Drasticamente, foi na segunda metade da década de 1980 que, concomitantemente à abertura democrática, começa uma erosão no campo popular, dando lugar à sociedade civil organizada, quando se observa a mudança do perfil na participação a partir da institucionalização da Participação, bem como se instaura a crise de credibilidade da chamada Democracia Representativa.

Esses movimentos sociais não se organizariam para combater o Estado, nem com o intento de conquistá-lo. Seriam, antes, agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil,

tentando mudar suas orientações valorativas. Aparece, então, como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandarem democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social, a ser construída não no plano das leis, todavia dos costumes; uma mudança cultural de longa duração conduzida e sediada no âmbito da sociedade civil.

Segundo Cohen (1985), eis aí uma grande contribuição de Touraine: retomar o conceito até então um tanto esquecido de “sociedade civil”, como reino apartado do Estado e do mercado, e no qual a inovação social poderia se configurar.⁴

Do ponto de vista teórico, segundo Alonso, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais “deixou, então, de associar a inovação a um ator, os movimentos, para atrelá-la a um *locus*, a sociedade civil”. (ALONSO, 2009, p. 75).⁵

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) constituiu-se num levante contra as concepções marxistas, pois, segundo Gohn (2012), geraram leituras mecanicistas e deterministas da realidade social, como as predominantes na Segunda Internacional, nas primeiras décadas deste século, ou as realizadas durante o período stalinista na Rússia. Todavia, ao levantar-se contra o dogmatismo, parece que a TNMS joga fora o bebê junto com a água suja.

Apesar dessa “cara nova”, e das novas reivindicações, as questões de fundo estrutural-econômico foram se agravando com a hegemonia capitalista de perversa configuração neoliberal e, mais uma vez, questões materiais emergenciais somaram-se à “ordem do dia”. (SANTOS, 2007, p. 3).

Ao seu tempo, os anos 1990 foram considerados danosos para as mobilizações dos atores coletivos no Brasil, em virtude da implantação gradativa da hegemonia neoliberal, iniciada com o governo Fernando Collor de Melo, passando por Itamar Franco e especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001). De tal modo, já na década de 1990, o debate teórico consolidou-se sob o conceito de *sociedade civil*, ao qual, normativamente, estavam associados múltiplos significados positivos da perspectiva da democratização.

⁴ Assim, Touraine redefine um problema teórico que já havia anunciado em sua obra *Sociologia da Ação*, de 1965: que a teoria funcionalista (a partir de Parsons para Habermas) explica adequadamente como a sociedade reproduz sua tradição cultural, no entanto é incapaz de explicar como ocorrem normas e valores, dada a correspondência entre o ator e o sistema – a base do seu desenvolvimento teórico.

⁵ Vale lembrar também que sob o conceito de sociedade civil no Brasil se abriga uma configuração altamente heterogênea e marcada por diferentes características (clientelismo, autoritarismo, baixa densidade associativa, heteronomia ante os atores políticos e governamentais etc.) que problematizariam a vinculação natural e direta entre associativismo civil e democratização, levando a críticas veementes a essa perspectiva de uma nova *sociedade civil*. Nesse tocante, os autores Wampler e Avritzer (2004) introduziram no debate o conceito de *públicos participativos*, objetivando diminuir o distanciamento, considerado desnecessário pelos autores que persistem nos debates sobre a democratização, entre a perspectiva institucional e as teorias da *sociedade civil*.

Assim, foi nessa década que ocorreu a deposição do então presidente Fernando Collor de Mello, sem derramamento de sangue, mas como resultado de intensa mobilização da sociedade civil, que saiu às ruas para exigir o *impeachment* do primeiro presidente democraticamente eleito pós-período ditatorial – o Movimento dos “Caras-Pintadas”. Multidões de jovens, adolescentes em sua maioria, saíram às ruas de todo o país com os rostos pintados em protesto contra aos eventos dramáticos que vinham abalando o governo do então presidente Fernando Collor de Mello.

Nesse contexto, o governo Collor, no qual muitos brasileiros colocaram suas expectativas, começou a mostrar graves falhas estruturais. O Plano Collor de contenção da inflação foi um desastre, além de denúncias de corrupção que iam aparecendo por todos os lados, com declarações contundentes vindas do próprio irmão do presidente, envolvendo pessoas ligadas diretamente a Collor, em especial um personagem que ficou muito conhecido à época: Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor. (PREITE SOBRINHO, 2008).

O apoio político e popular ao governo foi se arrefecendo, até que o então presidente resolve reagir e conchamar a população a sair às ruas e manifestar seu apoio ao governo, e, em última instância, ao país, fazendo isso de modo extensivo, utilizando uma “camiseta ou qualquer peça de roupa nas cores do nosso país”, como diria o presidente em discurso. A primeira manifestação pedindo a saída de Collor aconteceu no dia 11 de agosto, em São Paulo. Nos dias seguintes, o movimento se repetiu em outras cidades do país, como Rio de Janeiro, Recife, Brasília e Salvador. (PREITE SOBRINHO, 2008).

Influenciados pela imprensa e por inúmeros grupos políticos, começou a pairar no imaginário popular uma imagem inspirada nos estudantes conscientes, desafiadores e rebeldes dos anos 1960 – mesmo num contexto no qual, dentre a população que protestava, estivessem estudantes, à época, geralmente de classe média; uma população não tão politizada e com ideias não tão claras acerca do modo como reagir em meio ao seu descontentamento – enfim, os jovens saíram às ruas, vestindo-se e pintando-se de preto em um repúdio às palavras de Collor, uma multidão parcialmente irônica, parcialmente politizada.

A imprensa cunhou para esses jovens o termo Caras-Pintadas, tornando-os ícones do descontentamento popular contra o poder constituído. Todavia, diferentemente do movimento politizado e militante do passado, os protestos de vinte anos depois do período de ditadura assumiu um tom de humor, ironia, anarquia e um posicionamento político não tão marcado. Isso gerou críticas que o consideravam um movimento artificial e de mímica dos históricos protestos da era militar.

De qualquer modo, os Caras-Pintadas tornaram-se ícones para um novo modo, de se “fazer” democracia – a deposição de seus gestores incompetentes ou corruptos –, uma vez que a mobilização e a participação da população foram fundamentais e decisivas para os ajustes de rota necessários na ainda frágil democracia implantada no país.

No que se refere ao papel da polícia durante tais manifestações em vias públicas, a repressão não se fez sentir como historicamente se deu no Brasil em manifestações de jovens em vias públicas. Houve poucos casos relatados de enfrentamento entre polícia e manifestantes. Uma explicação talvez esteja no fato de que além da presença maciça de jovens, formou-se uma frente mais ampla com diversos setores da sociedade em torno do *impeachment* de Collor como pauta. De fato, poucos foram os registros de casos de enfrentamentos entre polícia e manifestantes, mas, certamente, existiram.

Figura 3 – Caras-Pintadas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, 1992.



Fonte: Último Segundo (2012).

Desse modo, o amplo movimento social de oposição ao presidente Fernando Collor de Mello fez ressurgir o movimento estudantil, mas apenas por um breve período.

Por outro ângulo, pode-se afirmar que na década de 1990 houve uma crescente interação dos movimentos sociais entre si pela penetração de seus ideais em movimentos mais clássicos, tais como o sindical. As denominadas lutas específicas, contra a discriminação de gênero, racial, cultural, contra a degradação ambiental, contra a exclusão social, a exclusão econômica e a exclusão política, como,

por exemplo, as campanhas contra a pobreza ou pela qualidade de vida, passaram definitivamente a ser consideradas relevantes no interior dos mais diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Portanto, as lutas identitárias e pela autonomia cederam lugar aos movimentos sociais solidarísticos, em que a cooperação e a complementaridade passam a ser palavras de ordem.

Entretanto, como já sinalizado, a década de 1990 foi de refluxo das mobilizações dos atores coletivos no Brasil em virtude da implantação gradativa da hegemonia neoliberal.

Assim, na década de 1990 o debate teórico passou a ocorrer sob a égide do conceito de *sociedade civil*, ao qual, normativamente, estavam associados múltiplos significados positivos da perspectiva da democratização.

2 Um novo século e novas mobilizações de protestos

O início do século XXI coincide com um momento de aparente adormecimento dos movimentos sociais brasileiros no âmbito urbano, em razão de sua institucionalização. Outra variável a se considerar nesse contexto diz respeito às mudanças relacionadas ao governo Lula:

Abers, Serafim e Tatagiba (2011), ao estudar a atuação dos movimentos sociais no Governo Lula, identificaram a existência de confrontos políticos nos espaços institucionalizados, criando, a partir do conceito de repertório de Tilly (1978), quatro novas categorias de repertório de ação buscando entender o confronto político nos espaços institucionalizados, as quais chamaram de 'repertórios de interação' [...] Argumentam eles que, além dos protestos como forma de ação de movimentos sociais, é necessário incluir: i) ocupação de cargos no Estado; ii) participação institucionalizada; iii) política de proximidade; iv) protesto que visam exigir o diálogo com o poder público e; v) lobby parlamentar. (BODART, 2013, p. 5).

Entretanto, isso não significava o desaparecimento nem o enfraquecimento, mas uma rearticulação interna e externa. Há uma reconfiguração, uma vez que a primeira década dos anos 2000 chega sinalizando novidades para o cenário das manifestações.

Quanto à diversidade das pautas reivindicatórias, ressalta-se que mesmo com as questões identitárias, de afirmação de direitos, as reivindicações relacionadas à estrutura econômica do país se acirram: por moradia, pela redução das tarifas de transportes coletivos.

Entre 2003 e 2005 ocorreram manifestações estudantis nas várias capitais do país, com a finalidade de impedir aumentos das tarifas do transporte à revelia das condições de vida da população e, principalmente, dos próprios estudantes. Algumas registraram elevado índice de repressão e

violência policial (Florianópolis e Fortaleza), e praticamente todas tiveram tratamento depreciativo por parte da maioria dos veículos de comunicação, que procuraram desqualificar a luta por direitos dos estudantes, rotulando-os como “bagunça”, “baderna” e “desordem”.

Assim, o primeiro grande ciclo de protesto envolveu os jovens estudantes como protagonistas, entre o final de agosto e o começo de setembro de 2003, na capital baiana, entrando na história como a Revolta do Buzu.

Figura 4 – Revolta do Buzu, em Salvador-BA, no ano de 2003.



Fonte: Centro de Mídia Independente (2003).

Em 2004, em Florianópolis (SC), como consequência de um reajuste de 15,6% (concedido pela Prefeitura e pelas empresas de ônibus, através do Conselho Municipal dos Transportes), milhares de pessoas saíram às ruas entre os dias 28 de junho e 8 de julho. Além de estudantes, houve ainda a participação de outros grupos, como associações de moradores, professores, punks e a população em geral.

Assim, em Florianópolis, com a “Revolta da Catraca” ou “Amanhã vai ser maior”, inspirada pelas ações em Salvador, foram realizadas intensas mobilizações, com a ocupação de terminais de ônibus e principais vias da cidade; abertura das portas traseiras para que os usuários entrassem sem pagar a tarifa ou simplesmente pulassem catracas; passeatas e debates. Segundo os participantes, esse era um exercício de democracia direta, sem o tradicional protagonismo partidário de mobilizações populares. Os protestos foram bem-sucedidos e naquele ano o aumento foi revogado.

No ano seguinte, um novo aumento foi anunciado e mais uma vez a reivindicação foi pela redução das tarifas de ônibus. Os protestos duraram um mês de manifestações e, por fim, a prefeitura anunciou o cancelamento, revogando o aumento de 8,8%. Desse modo, a Revolta da Catraca nesse ano pode ser considerada uma revolta popular vitoriosa.

A radicalidade das manifestações pode ser atribuída ao desgaste do modelo de transporte utilizado pela população de Florianópolis, que sofria com aumentos elevados (quase 200% desde 1996) e com a complexidade do novo Sistema Integrado de Transportes, implantado na época.

Houve uma enérgica reação policial às ações dos manifestantes, o que contribuiu expressivamente por fazer com que mais e mais pessoas participassem das ações como forma de repudiar a violência contra os manifestantes, acirrando assim o caráter de revolta popular.

Figura 5 – Revolta da Catraca, em Florianópolis-SC, em 2005.



Fonte: Tarifa Zero (2014).

Durante os anos seguintes, manifestações contra aumentos de tarifa e o sistema de transporte coletivo ocorreram em diversas regiões brasileiras, em diferentes cidades, tais como: São Paulo, Itu, Belo Horizonte, Curitiba, Cuiabá, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília, Joinville, Blumenau, Fortaleza, Recife, Aracaju, e Rio Branco, dentre outras.

Da inicial Campanha pelo Passe Livre nasceria o Movimento Passe Livre (MPL). Destarte, baseando-se nas teorias de Alain Touraine, na produção de Scherer-Warren (1993), localizamos o embasamento que garante a legítima configuração do MPL enquanto um movimento social.

Na primeira década dos anos 2000, as ruas ainda foram palco de inúmeros protestos e cenas de repressão.

Destacam-se aqui os episódios envolvendo o Movimento dos Sem-Teto, oriundo do amadurecimento da concepção progressista de reforma urbana que surgiu entre meados e o fim da década de 1980.

Figura 6 – Repressão à manifestação do Movimento dos Sem-Teto, no Centro de São Paulo, em 2005.



Fonte: Fórum Centro Vivo (2005).

Destarte, a primeira década dos anos 2000 chegou ao seu fim com inúmeros episódios: presença de manifestantes e policiais em vias públicas em momentos de protestos. Algumas vezes a polícia militar acompanhou sem intervenção – como os olhos do Estado; em outras vezes, entretanto, ocorreram episódios de enfrentamentos entre manifestantes e força pública de segurança, com casos de abusos por parte da PM quanto ao grau de violência empregada.

3 Ações coletivas de protestos nos espaços públicos e força de segurança no Brasil democrático na segunda década dos anos 2000: a reação ao “desacatismo público”⁶

O ano de 2011 já entrou na história mundial recente como o Ano das Marchas. Contudo,

Deve-se lembrar de que as marchas, como recurso para mobilizações populares, são bastante antigas. Nos séculos XVIII e XIX, na Europa, já se recorria a marchas para protestar, fazendo uso também das músicas e das palavras de ordem, formas básicas de se comunicar, pois a maioria da população era analfabeta. Nas marchas e passeatas havia a figura dos ‘repetidores’ [...] Essa estratégia possibilitava que o grito das massas ecoasse conjuntamente, pois as pessoas repetiam. No século XX com a escrita e o acesso de muitos à escolarização, os ‘repetidores’ foram sendo substituídos por instrumentos de som (como os gramofones e alto-falantes), surgiram os jornais de categorias, boletins, cartilhas e imagens do cinema (antes mudo, depois os vídeos). As marchas tornaram-se mais barulhentas. [...] Neste século, a novidades são as mobilizações *on line* citadas acima. Os organizadores das marchas também criam recursos *on line* para mapear não só o trajeto, mas os pontos usuais de repressão. (GOHN, 2012, p. 12-13).

Assim, protestos populares não são novidades em nenhuma parte do mundo. Entretanto, em especial no ano de 2011, é indelével a marca de dois elementos fortemente semelhantes em vários cantos do mundo: (i) a forma como governos responderam às realizações dos protestos em espaços públicos, com a utilização da força pública de segurança contra manifestantes, mesmo em países com regimes legitimamente democráticos; e (ii) as novas formas de mobilização, utilizadas por movimentos já constituídos ou por grupos ainda não organicamente estabelecidos.

Certamente, esse não foi um fenômeno surgido de estalo nos anos 2000 e sugere-se que sua constituição vinha se dando num processo até sua eclosão mais visível e simultânea em vários cantos do planeta.

Aqui no Brasil, um exemplo da inspiração de manifestações globais foi a experiência na Bahia da articulação do “Desocupa”, ação que começou a ser articulada pela Internet, pela rede de relacionamentos denominada Facebook, a partir da página da jornalista Nadja Vladi, em 2011, que gerou ação na qual cerca de mil manifestantes, segundo estimativa da polícia militar, se reuniram em frente à prefeitura da cidade de Salvador, no dia 20/01/2012, para protestar contra a administração municipal e a sanção da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS). Em meio à multidão, cartazes escritos em “bom baianês” resumiam o sentimento da ação apartidária batizada de

⁶ Uso aqui o termo recentemente cunhado em *Saramandaia*, uma telenovela brasileira produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão, que estreou no dia 24 de junho de 2013. É um *remake* da novela homônima exibida originalmente em 1976, de Dias Gomes. A adaptação da novela ficou por conta de Ricardo Linhares, com direção geral de Denise Saraceni e Fabrício Mamberti, e direção de núcleo de Denise Saraceni. Na versão atual, pode-se verificar uma disputa excessiva em espaços públicos por distintos grupos sociais.

“Desocupa a Prefeitura”, se referindo ao prefeito da cidade, o Sr. João Henrique. A lei em questão tornou legal a permissão para construção de hotéis de até 27 andares, liberando, inclusive, sombreamento nas praias antes das 10h e depois das 14h; a extinção de um parque ecológico; a liberação de construção de hotéis de até oito andares na Ilha dos Frades, dentre outras coisas. Os manifestantes também protestaram pela forma de condução de todo o processo de votação da lei. Na sequência ocorreu, ainda, em janeiro de 2011, a ação “Desocupa Salvador”, ação que reuniu a população no bairro de Ondina para manifestação contra a privatização de espaços públicos pela Prefeitura de Salvador no período do carnaval.

Por sua vez, por todo o país (pelo menos 16 grandes cidades), em agosto de 2011, organizações indígenas e ambientalistas realizaram manifestações para protestar contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (Pará). A usina encontrava oposição de ambientalistas e indígenas pelos impactos que sua construção poderia gerar. Em São Paulo, em especial na capital, foram cerca de mil pessoas na Avenida Paulista, quando os indígenas queimaram um boneco de palha representando a presidenta Dilma Rousseff. Nesses protestos, a força pública de segurança observou de perto a ação dos manifestantes.

Ainda nesse ano, merecem destaques as denominadas Marchas da Liberdade e as Marchas da Maconha, que envolveram um público amplo, nas quais os ativistas formaram um bloco pelo Dia Nacional da Liberdade, que reuniu milhares de pessoas em 40 cidades do país em 18 de junho.

Em uma votação histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF), maior instância do Poder Judiciário brasileiro, decidiu no dia 15 de junho de 2011 em favor da liberdade de expressão e permitiu a livre organização das “marchas da maconha” por todo o país. A decisão foi tomada de forma unânime pelos oito ministros presentes. O Supremo ainda proibiu juízes de outras instâncias de impedirem a realização dessas manifestações, a exemplo do ocorrido em diversas capitais brasileiras.

Por fim, em vários países do mundo, em outubro de 2011, realizou-se o Dia Mundial de Manifestações contra a precariedade e o poder das finanças, convocado especialmente pela rede de relacionamentos Facebook.

No Brasil, os protestos em algumas cidades brasileiras reuniram pessoas em algumas capitais: em São Paulo, o protesto no vão do MASP, na Avenida Paulista, reuniu apenas 30 pessoas; outra manifestação foi organizada no Largo do São Bento, no centro de São Paulo, e reuniu cerca de 70 pessoas.

No decorrer das manifestações, a PM e a Guarda municipal acompanharam as ações.

Figura 7 – PM deslocou 160 homens para fazer a segurança da marcha pela Liberdade, em São Paulo, no ano de 2011



Fonte: Terra (2011).

Quatro cidades do Paraná – Curitiba, Londrina, Cascavel e Paranavaí – participaram das manifestações com apelos contra a corrupção, contra governos e o mercado, por mudanças na sociedade que sejam feitas legitimamente pelos interesses do povo. Na capital do Paraná, cerca de 200 pessoas foram à Praça Santos Andrade, segundo a polícia militar. A concentração foi na Universidade Federal do Paraná. Eles estavam com cartazes, faixas, máscaras, megafones e apitos. A marcha foi até o bairro Centro Cívico, um núcleo político e jurídico de Curitiba.

Além das marchas específicas pela liberação da maconha, ainda foi promovida uma atuação do “bloco da maconha” na tradicional Parada Gay-2011, na Avenida Paulista, em São Paulo, exibindo-se cartazes e cânticos que pediam o debate sobre as políticas públicas de drogas.

Outro destaque é que em diversas cidades as Marchas da Liberdade uniram-se às Marchas das Vadias, movimento que ficou popular internacionalmente depois de um protesto no Canadá contra um policial que afirmou que as roupas usadas por determinadas mulheres facilitariam a ocorrência de casos de violência sexual. Para uma das organizadoras da Marcha das Vagabundas em Florianópolis (SC), na convergência dos movimentos estava uma visão de que todos podem usar seu corpo como quiserem. Aliadas, as marchas reuniram cerca de 300 jovens, que terminaram os atos em uma “vigília” diante da residência oficial do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo (PSD).

Com muitos cartazes contra a opressão masculina, cerca de mil manifestantes, a maioria mulheres, reuniram-se em Brasília para protestar contra a violência de gênero e o assédio sexual.

Também unida à marcha pela legalização da maconha, as organizadoras da passeata reafirmaram suas condições de mulheres livres, dispensando o rótulo de santas ou prostitutas.

Quanto às tentativas de restrições das oportunidades de manifestações/protestos, começaram a surgir algumas manobras, e aqui se toma o exemplo ocorrido em Vitória (ES), quando no retorno dos parlamentares aos trabalhos na Assembleia Legislativa, em janeiro de 2012, dentre as 23 propostas de projetos de lei, uma delas previa a proibição de manifestações em vias públicas.

Vale recordar o já discutido aqui incômodo que significa a ocupação de espaços públicos para uma dada ordem:

Depois de passar mais de duas horas preso em um engarrafamento no Norte do Estado, o deputado Luiz Durão (PDT) agora quer organizar as manifestações. Por força de lei, ele propõe que esse tipo de reivindicação seja feito em frente à instituição que diz respeito ao movimento, e não nas ruas. (BRUMANA, 2012, p. 56).

Esse é apenas um exemplo mínimo, mas indicador da importância de se inserir a discussão da vivência na cidade, uma vez que se vivendo a cidade restringida na sua urbanidade, os grupos e os indivíduos vivem um constrangimento à sua consciência social.

Todavia, também no Brasil, toma-se aqui talvez um dos episódios mais emblemáticos sobre a tentativa de restrições de ações de manifestações de protestos, pelo menos pela publicidade que angariou. Trata-se das ações ocorridas no início de 2012, pela força pública de segurança, especificamente pela PM do Estado de São Paulo, sob o comando do Cel. Álvaro Batista Camilo, que realizou operação de reintegração de posse de Pinheirinhos, na qual mais de cinco mil pessoas foram atingidas, dentre elas 2.600 crianças, segundo dados do Movimento Tortura Nunca Mais. Nessa ocasião, para fazer cumprir uma ordem judicial de desapropriação de uma área, a violência grassou as ações da força pública de segurança. Inúmeros cientistas brasileiros e internacionais analisaram a ação policial como uma espécie de aviso dado aos movimentos sociais locais depois das inúmeras manifestações pelo país em 2011, levando à reflexão sobre o grau de democratização contemporâneo no país.

Vale aqui um destaque para o fato de que, em 2011, pode-se afirmar que algumas das manifestações foram capitaneadas por grupos diversos de jovens e jovens estudantes. Algumas com demandas específicas dos estudantes, tais como: manifestações contra a corrupção nas universidades públicas, por melhores condições da educação; outras, por questões mais gerais, tais como: contra o aumento dos preços das passagens de transportes coletivos ou manifestações com conteúdos mais inusitados, com alta participação de jovens, tais como as Marchas da Maconha.

No conjunto das mobilizações aqui descritas, observa-se uma densidade política muito diversa, como discute Doimo (1995, p. 66), indo “desde aqueles que se esvaziam junto com o próprio esgotamento do circuito reivindicativo, até aqueles que ganham fôlego e passam a marcar presença no espaço público”. Segundo Tarrow (1988, 1989), é quando a persistência de práticas de mobilização ganha corpo e visibilidade na arena política nacional, isto é, torna-se parte da “grande política”. Assim, “[...] já não estamos mais diante de meras ações-diretas e sim de campos ético-políticos ou de redes sociais que criam energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política” (DOIMO, 1995, p. 66).

Em 2012 e 2013, as ações de protestos incorporaram as ações denominadas escrachos, inspiração das mobilizações já tradicionais da Argentina.

Na Bahia, destaca-se o caso do escracho relacionado ao julgamento de uma banda musical, cujos membros foram acusados de estupro de duas adolescentes após um show num município do interior do estado, gerando as manifestações de grupos dos movimentos feministas, reivindicando o apuramento e julgamento justo do caso.

Figura 8 – Manifestação na cidade de Rui Barbosa, na Bahia, durante o julgamento da Banda New Hit, acusada de estupro de duas adolescentes, em 2013.



Fonte: Núcleo Negra Zeferina (2013).

Em junho de 2013, o Brasil, vivenciou o período que ficou conhecido como a “Copa das Manifestações”, quando protestos alavancaram as ações, inicialmente com o foco na qualidade e

tarifas de transporte público nas grandes cidades e depois somando outras pautas. Tais ações fizeram surgir uma compreensão do empoderamento social (de dimensão potencialmente nacional) para outros setores da população. Por último, e não menos importante, levantou-se a questão dos gastos públicos inadequados.

Figura 9 – Manifestação em dia de jogo da Copa das Confederações, no Rio de Janeiro, em 2013.



Fonte: Frases da Telinha (2013).

Sobre os impactos dessas ações nos rumos da política nacional, somente o futuro mostrará. Entretanto, um aspecto dessas manifestações pode ser analisado imediatamente: as ações da força pública para a “manutenção da ordem” nos momentos dos protestos. Em tais manifestações, a repressão policial chegou a limites extremos. As imagens foram difundidas em vídeos pelo *YouTube*, nos sites de relacionamento como *Facebook*, dentre outros, que mostraram abusos da força policial e foram alvo de críticas internas e externas, como das Nações Unidas.

Figura 10 – Manifestação no Rio de Janeiro, em junho de 2013.



Fonte: Blog de Knunes (2013).

Figura 11 – Manifestação no Rio de Janeiro, em junho de 2013.



Fonte: Punk Brega (2013).

Figura 12 – Manifestação Passe Livre, em Salvador, na Bahia, em junho de 2013.



Fonte: Movimento Passe Livre Salvador (2013).

Em uma análise mais geral sobre as ações de contenção ou pela “manutenção da ordem” pela força pública de segurança, como os protestos aconteceram em diferentes lugares do Brasil não foi difícil verificar as diferentes formas de atuação das forças policiais. Demonstrando que os procedimentos operacionais adotados nas atuações nas manifestações não são padronizados. A polícia do Rio de Janeiro não está tão bem preparada para atuação nas manifestações quanto a de São Paulo. A polícia do Rio Grande do Sul é mais politizada, mas por declarações de manifestantes pelas redes sociais, apresentaria mais claramente uma tendência de dar tratamento preferencial a alguns grupos identitários específicos. Na região Nordeste, em geral, as polícias estão bem menos preparadas, em termos de treinamento, material e recursos, para a atuação nas manifestações – isso, por exemplo, foi visível nas ações em Salvador.

Por fim, segundo as primeiras análises, em se tratando de ordem, um dos aspectos das manifestações de 2013 foi dar visibilidade a um espectro das ações de manutenção da ordem que estava restrita ao cotidiano da “vida popular” do país: a violência policial – agora amplamente reconhecida e debatida por setores outros da sociedade.

Desse modo, já se faz momento, para se considerar que se por um lado, uma concepção de segurança pública, como algo atrelado à contenção das massas é algo enraizado na cultura política brasileira; por outro lado, o componente da autoridade igualmente potencializa o isolamento do policial, transformando esse ator em cidadão distinto - pelo menos aos olhos dos cidadãos comuns - por possuir autoridade, representar a coerção e por possuir a autorização da utilização da força se necessária. Nesse contexto, a ideia de construção de uma segurança pública cidadã tem dentre suas

tarefas, uma missão histórica de desnaturalização da referida concepção. Uma discussão nacional se faz urgente também por essa missão histórica de coerção às ações coletivas de protestos: a desmilitarização das policiais.

Figura 13 – Manifestação no RJ, em junho de 2013.



Fonte: Punk Brega (2013).

Recentemente, mais precisamente no final do ano de 2013, evidenciou-se mais uma sinalização da tensão existente no Estado de Direito brasileiro, quando da publicação pelo Ministério da Defesa de uma normativa (Portaria 3.461/MD) que regulamenta a atuação das Forças Armadas em operações de segurança pública. Tal normativa considera movimentos sociais como “forças oponentes” de Exército, Marinha e Aeronáutica nas situações em que estas forem acionadas para garantir a lei e a ordem, e iguala organizações populares a quadrilhas, contrabandistas e facções criminosas, uma vez que o termo “distúrbios urbanos”, utilizado como sinônimo de manifestações públicas, também aparece como perigos à ordem.

Se tal mentalidade prevaleceu e ainda prevalece, as políticas públicas no campo da segurança, mesmo com variações de acordo com os momentos políticos, ainda não assimilaram todas as *chaves* para se entender o funcionamento de uma área-problema, para usar o termo faz muito por Adorno (1996), que se arrasta na vida da sociedade brasileira e menos ainda para reinventar o modelo de forma satisfatória.

Qualquer governante que se proponha a enfrentar esse legado deverá ao mesmo tempo, não somente realizar uma reforma nas instituições que compõem o sistema de segurança pública, como

deverá efetivar sobremodo, os preceitos formais de nossas legislações, tudo isso considerando o “imaginário coletivo” no qual se inserem as forças de segurança e seus agentes.

Palavras Finais...

Em um artigo desta natureza, certamente não é possível uma análise mais profunda de cada ciclo de confronto citado. Entretanto, através desse levantamento histórico foi possível destacar um dos paradoxos e um dos maiores desafios do estado democrático brasileiro: como assimilar a contestação da sociedade civil sem o uso da força pública de segurança. Afinal, como salienta o sociólogo francês Michel Wieviorka (1997), a cada dia tem sido mais difícil para os Estados assumirem a função clássica de detentor do monopólio da violência. Em outros termos, significa dizer que, contemporaneamente, as forças de segurança pública, nas sociedades democráticas de direitos, passaram a ser demandadas para garantir não mais uma Ordem Pública determinada, mas sim uma Ordem de Direitos.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabelo. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. 2010. 472 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade, n. 1).

BLOG DE KNUNES. Disponível em: <<http://knfranca.blogspot.com.br/2013/07/o-mes-em-resumo-brasil-ve-uma-revolucao.html>>. Acesso em: 11 maio 2013.

BODART, Cristiano das Neves. A atuação dos movimentos sociais em espaços institucionalizados de participação social na gestão pública local. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 29., 2013, Santiago. *Anais...* Santiago, 2013.

BRUMANA, Luiz Fernando. Projeto proíbe protestos nas ruas. *A Tribuna online*, Vitória, 29 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.pdf.redtribuna.com.br/>>. Acesso em: 18 maio 2013.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262484.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

COHEN, Jean, Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói, RJ, v. 12, n. 23, p. 100-122, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 23 maio 2013.

ESPIÑEIRA, Maria Victória; TEIXEIRA, Helder. Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 477-492, set./dez. 2008.

FÓRUM CENTRO VIVO. Disponível em: <<http://centrovivo.sarava.org/Main/HomePage>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FRASES DA TELINHA. Disponível em: <<http://frasesdatelinha.blogspot.com.br/2013/06/frases-protestos-2013-brasil.html>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 37).

MOVIMENTO PASSE LIVRE SALVADOR. Salvador, junho de 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/mplssa/photos_stream>. Acesso em: 14 dez 2013.

NÚCLEO NEGRA ZEFERINA. Salvador, 04/07/13. Disponível em: <<https://www.facebook.com/NucleoNegraZeferina>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Saiba mais sobre os caras-pintadas. *Folha de S.Paulo online*, São Paulo, 30 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397259.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

PUNK BREGA. Disponível em: <<http://www.punkbrega.com.br/2013/06/como- ficam-a-midia-e-os-jornalistas-diante-dos-protestos-no-brasil/>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

REIS, José Roberto Franco. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010. p. 221-236.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 33-43, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a03n17.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SANTOS, Cleide Magali dos. Mulheres sem eira nem beira? A participação feminina no MSTs na luta pela habitação na cidade de Salvador, uma agenda de estudos. In: SIMPÓSIO BAIANO DE PESQUISADORAS (ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 13., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador, 2007.

SÃO PAULO faz o maior comício. Banco de Dados da *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de abril de 1984. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17abr1984.htm>. Acesso em: 02 mar. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção Estudos Brasileiros).

TARIFA ZERO. Disponível em: <<http://tarifazero.org/tag/revolta-da-catraca/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

TARROW, Sidney. National politics and collective action: recent theory and research in western Europe and the United States. *Annual Review of Sociology*, n. 14, p. 421-440, 1988.

_____. *Struggle, politics and reform: collective action, social movements and cycles of protest*. Ithaca, NY: Cornell University, 1989.

_____. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TERRA. Brasil. Veja fotos da Marcha da Liberdade pelo país. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/veja-fotos-da-marcha-da-liberdade-pelo-pais,6a29f3bd77837310VgnCLD100000bbceeb0aRCRD.html>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

ÚLTIMO SEGUNDO. Política. 18/05/2012. Foto de Sérgio Amaral. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-18/quem-e-o-carapintada-que-enfrentou-a-cavalaria-a-chutes.html>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Veras S. P; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e Deliberação*. Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 211-238.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.